



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**

ROSIMEIRE SANTOS ARAÚJO

**GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA:
LIMITES E POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO DAS
COMUNIDADES ESCOLAR E LOCAL NA GESTÃO ESCOLAR**

São Cristóvão

2012

ROSIMEIRE SANTOS ARAÚJO

**GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA:
LIMITES E POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO DAS
COMUNIDADES ESCOLAR E LOCAL NA GESTÃO ESCOLAR**

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em Pedagogia,
Departamento de Educação,
Universidade Federal de Sergipe,
como requisito parcial para obtenção
do título de Licenciatura em
Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Heike Schmitz

São Cristóvão

2012

RESUMO

A presente monografia aborda questões referentes à gestão escolar focalizando na participação da comunidade local, isto é, pais, responsáveis e representantes da sociedade cujo contexto a escola está inserida. Considerando os estudos que tratam da gestão democrática participativa, o trabalho objetiva identificar a percepção de representantes da comunidade local e escolar acerca da gestão democrático-participativa. Buscou-se responder a pergunta: quais os limites e as possibilidades de integração da comunidade nos processos de tomada de decisão da gestão escolar? Através de um estudo de caso de caráter quanti-qualitativo em duas instituições escolares da rede municipal localizadas no Bairro América em Aracaju/SE, foi levantada a participação das pessoas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem como também de representantes da comunidade local por meio de questionários e dinâmicas. Os resultados apontam que há um baixo envolvimento da comunidade na escola, apesar do bairro ter histórico de participação em movimentos sociais. Assim como não há uma grande proximidade entre parte dos professores e pais ou responsáveis, por alunos. Portanto concluímos que ainda não temos uma efetiva participação da comunidade local e escolar, na gestão de ambas as escolas estudadas.

Palavras-chaves: Comunidade escolar. Comunidade local. Gestão democrática participativa.

QUADROS

Quadro 1	Resultado da dinâmica realizada com representantes da comunidade escolar da Escola A	30
Quadro 2	Resultado da dinâmica realizada com representantes da comunidade escolar da Escola B	31

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	6
1.	EDUCAÇÃO: RESPONSABILIDADE DO ESTADO E DA SOCIEDADE	8
1.1	A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA	9
1.2	A AUTONOMIA DA ESCOLA	10
2.	A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES	13
3.	ESPAÇOS DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL NA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA	17
3.1	A ELEIÇÃO DO GESTOR ESCOLAR	17
3.2	CONSELHO ESCOLAR	19
3.3	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES	21
3.4	GRÊMIO ESTUDANTIL	
4.	A METODOLOGIA DA PESQUISA	23
4.1	A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	23
4.2	A PESQUISA EMPÍRICA	23
4.3	AS ESCOLAS PARTICIPANTES	25
4.4	A COMUNIDADE LOCAL DAS ESCOLAS PARTICIPANTES	26
5.	PERCEPÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA COMUNIDADE ESCOLAR E LOCAL	29
5.1	A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR	29
5.2	A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL	36
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
	REFERÊNCIAS	41
	APÊNDICE A	43
	APÊNDICE B	46
	APÊNDICE C	50

INTRODUÇÃO

A educação escolar é um direito de todo ser humano. No atual momento onde o debate concentra-se nas buscas pela melhoria da qualidade da educação são elaboradas propostas para mudanças na forma administrativa das instituições de ensino e na participação na gestão escolar, visando à consolidação da descentralização e da democratização, reivindicada na década de 1980 pela sociedade. É a Constituição Federal do Brasil de 1988 que estabelece a implantação da gestão democrática nas escolas, dando a sociedade à possibilidade de participar e integrar-se ao poder no âmbito da gestão escolar.

O Estado deve garantir e universalizar o saber com base nos princípios expressos pela Constituição Federal de 1988 e reforçado pela Lei de Diretrizes de Bases (LDB-1996), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. A sociedade conforme a lei é co-responsável pela educação, unindo-se ao Estado na participação da gestão escolar, definindo os rumos da escola pública e as concepções pedagógicas nela praticada.

A cooperação da unidade escolar e local em decisões da gestão escolar tem como objetivo distribuir o poder e visa por em evidência a democratização da escola pública e melhorar a educação no país. Parte-se do pressuposto de que “[...] a participação da comunidade [...] é um fator decisivo na qualidade da educação e do ensino, pois se pode garantir o compromisso de todos os envolvidos como trabalho desenvolvido cotidianamente pela escola para melhorar a sua qualidade [...]”, (OLIVEIRA, 2009, p. 153).

Para tal faz-se necessário abrir o portão da escola para o público em geral, pois, “[...] se é da sociedade e da comunidade que provem as ideias que dão sentido ao trabalho realizado pela escola, não há como pretender mantê-las alheias às atividades desenvolvidas no ambiente escolar [...]”, (DIAS, 2004, p. 226).

Sendo a escola um espaço de socialização do conhecimento e prática de cidadania faz-se necessária não apenas a cooperação da população escolar e local para garantir os direitos dos cidadãos, mas também o exercício da participação democrática pela mesma. É preciso que o gestor escolar perceba a importância de diversificar a concepção de administração escolar, pois a gestão democrática direciona o compartilhamento de poderes.

Contudo, pesquisas, como a de Paro (2005), Gracindo (2009) e de Aranda e Senna (2007), revelam que a efetivação da gestão democrática na escola pública ainda enfrenta empecilhos no engajamento da comunidade. Existem ainda exemplos de uma concepção equivocada no que diz respeito à comunicação na gestão escolar, confundindo a informação

no processo de tomada de decisão com uma prestação de serviços, um envolvimento voluntário e pontual.

Surgiu, por isso, o desejo de saber se há, depois de mais de vinte anos desde que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a gestão democrática, efetivamente participação da comunidade, escolar e local, colocando-se como pergunta norteadora: Quais as possibilidades e os limites da participação na gestão democrática escolar?

Por meio dessa pesquisa buscaram-se compreender o entendimento acerca da gestão democrática participativa da comunidade escolar e local, isto é, as pessoas que convivem com ela, os pais e o público em geral. Especificamente buscou-se: 1) conceituar a gestão democrática participativa; 2) nomear a percepção das identidades escolares sobre gestão democrático-participativa; 3) identificar a percepção de atores externos sobre a relação entre as escola e comunidades local.

Para o desenvolvimento da investigação realizou-se como primeiro passo uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de ter um embasamento teórico acerca do tema proposto e conhecer os estudos que vem sendo desenvolvidos a respeito do debate que gira em torno da gestão escolar, especificamente sobre a participação da comunidade local no processo de democratização da escola pública brasileira. A pesquisa bibliográfica dividiu-se em seguintes etapas: (a) levantamento de fontes bibliográficas; (b) leitura do material escolhido; (c) fichamento do referencial selecionado.

Para a investigação empírica optou-se pelo estudo de caso múltiplo em duas escolas da Rede Municipal de Ensino de Aracaju, ambas localizadas no bairro América, envolvendo componentes da equipe escolar e representantes da comunidade. A pesquisa de campo dividiu-se em seguintes etapas: elaboração dos instrumentos de investigação; aplicação dos instrumentos; tratamento de dados e análise dos mesmos.

A presente monografia, além desta introdução e das considerações finais, contém cinco capítulos. O primeiro aborda a responsabilidade do Estado e da sociedade para com a educação; o segundo trata da autonomia da escola; terceiro tem como foco o espaço da participação da comunidade na gestão escolar; o quatro se refere à metodologia da pesquisa bibliográfica e empírica; o quinto traz os resultados sobre os limites e possibilidades de participação do meio social.

1. EDUCAÇÃO: RESPONSABILIDADE DO ESTADO E DA SOCIEDADE

A educação escolar é um dos serviços essenciais dos quais a população tem direito, e é dever do Estado garantir e universalizar o saber com base nos princípios expressos pela Constituição Federal de 1988 e reforçado pela LDB, 9.394/96

A Constituição Federal define em seu Título VIII Capítulo III Seção I Da Educação, Art. 205 que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No Artigo 206, VI estabelece que o ensino público seja ministrado com base no princípio da gestão democrática, na forma da lei. (BRASIL, 1988).

A LDB-1996, no Art. 12, prevê que os estabelecimentos de ensino terão a incumbência de:

[...]

II – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

[...]

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII – informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola;

[...] (BRASIL, 1996).

Além disso, estabelece no Artigo 14 que

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Como vimos a Constituição Federal DE 1988, assim como a LDB, 9.394/96 exige a informação da comunidade local sobre a proposta pedagógica, e a participação representativa na gestão. Além disso, percebe-se aqui o pressuposto de que a escola possua certa autonomia para se autogerir.

1.1 A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

A proposta da democratização da educação precisa ser compreendida diante do contexto da globalização e da conseqüente mudança na função social da escola. Por um lado, a globalização levou a uma divulgação rápida de informações que ultrapassam fronteiras nacionais, principalmente pelo uso da internet. Por outro lado, a globalização de mercados de trabalhos e os seus impactos excluem e marginalizam pessoas e inibem seu acesso às informações (PENIN; VIEIRA, 2002).

Diante disso, apontam Penin e Vieira (2002), se torna cada vez mais imprescindível refletir sobre o papel social da educação em geral e da escola em específico, pois mesmo com a proposta da universalização do acesso à educação, a educação de qualidade, que antes era voltada apenas para uma camada favorecida da população continuou por muito tempo sendo acessível somente para uma minoria da população. Uma educação de qualidade no Brasil ainda não é, mesmo em pleno século XXI, realidade para todos. A função social da escola se baseia principalmente no objetivo de transmitir conhecimento e saberes sistematizados, como também socializar os indivíduos, isto é, transmitindo valores, normas sócio-culturais.

A escola compartilha seu cotidiano na busca de uma aprendizagem significativa, possibilitando ao aluno o exercício da cidadania e prepará-lo para o mundo social. Por isso a participação da comunidade é importante para que em parceria busquem meios de acesso aos alunos afim de uma educação de qualidade (BARRETO, 2011. p. 2-3).

A contextualização e a qualidade social da educação necessitam de inserção da concepção da comunidade e, por outro lado, de contribuição efetiva dela na formulação de projetos pedagógicos.

O conceito de gestão, por sua vez, “envolve estas atividades, mas em formas radicais, incorporando certa dose de filosofia e política” (DIAS, 2004, p. 217). Sendo assim, a Constituição Federal de 1988 que coloca a gestão democrática como princípio do senso cívico, estabelece que a sociedade civil partilhe o controle da educação. Portanto, a razão que norteia a gestão democrática é a participação dos profissionais da educação e da comunidade local no ensino público não apenas em forma de prestação de serviços ou execução de atividades, e sim de tomada de decisão sobre o rumo da escola (BARRETO, 2011).

Para poder cumprir sua tarefa diante da globalização e para não perder seus laços com a sociedade, é preciso que a escola reveja constantemente sua forma de se organizar e de ensinar para favorecer uma convivência social que estimule a cooperação da comunidade. As

instituições escolares precisam reforçar sua função social, pois a escola é o caminho para a socialização, o acesso ao conhecimento e a integração no mercado de trabalho. O mundo da informação e do conhecimento exige uma escola que seja capaz de contemplar as mudanças recorrentes nela e perceber que ela não está isenta, pois prepara os indivíduos para tais, dando ênfase, principalmente no aprender a aprender.

Essa visão já inclusive foi abordada pelos pioneiros da educação nova, na década de 1930, no século passado. Os educadores da época, como por exemplo, Anísio Teixeira preocupava-se com o processo de democratização da escola pública, tendo a participação do meio local e escolar como uma forma de buscar a qualidade na educação, e como veremos a seguir, também com a aproximação entre escola e sociedade, (SILVA, et al. 2003).

1.2 A AUTONOMIA DA ESCOLA

Com o objetivo de se ter uma educação de qualidade faz-se necessário romper com o poder centralizador. Isso implica, porém, refletir sobre a real autonomia da escola pública, pois, viabilizar uma forma de tomada de decisões coletiva significa não poder prever os resultados desses processos.

Autonomia segundo dicionário (FERREIRA, 2001), significa, ‘se governar por si mesmo’. No entanto, precisa se esclarecer, que uma escola como parte de um sistema educacional nunca terá plena autonomia. Sendo parte de um todo, ela apenas pode usufruir uma parcela.

Neste contexto Gadotti (2004) aborda cinco dimensões da autonomia escolar, são elas: 1) filosófica; 2) política; 3) administrativa; 4) pedagógica e 5) didática. Considerando a conjuntura brasileira, Melchior (1991 apud GADOTTI, 2004) trata as limitações relacionadas a essas concepções. A primeira, a filosófica, que define as autonomias referentes às definições de valores, fins e objetivos da educação, não pode haver num sistema educacional público, visto que essa finalidade visa atender as demandas e aspiração da sociedade. Nenhuma escola tem domínio para estabelecer princípios que ela considere importante.

Visto que a escola faz parte de um sistema educacional, do mesmo modo não pode existir uma autonomia política, por que o fato de fazer parte de um sistema educacional, já implica uma interdependência, (MELCHIOR, 1991 apud GADOTTI, 2004).

A competência para conduzir os objetivos e metas educativas, assim como gerenciar os recursos materiais e humanos, determina a autonomia administrativa. Contudo a escola não pode ter total autonomia administrativa, já que, ela trabalha com recursos provenientes de orçamentos públicos e, isso exige-se uma prestação de contas (*accountability*), pois há uma finalidade para os recursos públicos destinados as escolas, a exemplo; do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) que destinou objetivos do investimento mínimo pelos Estados e Municípios no Ensino Fundamental (FUNDEF) – em 2007 ampliado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica “Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e Plano de Desenvolvimento da escola (PDE-Escola) e Merenda Escolar, e como a própria Lei 9.424/96 que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) pela Lei 11.494”, (LIMA; ARAÚJO; SCHMITZ, 2012. p. 3).

Dessa forma a escola pública, não tem autonomia financeira, visto que, depende do financiamento público, assim como, não tem autonomia administrativa. Portanto, o PDDE e o PDE-Escola desejam uma ampla autonomia administrativa, deixando para instituição escolar defini junto à comunidade escolar, aplicação dos recursos em pontos prioritários. A escola ganhou autonomia em parte por meio do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), que fomenta cidadania, para que ela possa solicitar recursos para projetos e necessidades específicas que não sejam contempladas por outros programas (LIMA; ARAÚJO; SCHMITZ, 2012).

A autonomia pedagógica se refere ao direito em decidir a proposta curricular da escola. (MELCHIOR 1991 apud GADOTTI, 2004). Nem ela pode ser permitida plenamente porque, fazendo parte de um sistema educacional “não se pode abrir mão de diretrizes curriculares em nível nacional, já que são eles que permitem a possibilidade de migração interna, dentro do sistema educacional, ou seja, a transferência entre escolas do mesmo grau educacional” ((LIMA; ARAÚJO; SCHMITZ, 2012, p. 3).

Contudo, diante do alargamento territorial do Brasil e as diferenças regionais e culturais, faz se necessário um currículo que leve em conta essa diversidade regional, e que dê, a escolar certa autonomia mesmo que parcial na elaboração do currículo escolar. (LIMA; ARAÚJO; SCHMITZ, 2012).

A autonomia didática se refere à capacidade de organizar, métodos e atividades pedagógicas. Esta até poderia, existir nas escolas públicas do Brasil, desde que as secretarias da educação, tanto municipal quanto estadual, não induzam projetos para serem executados

durante o ano letivo. Uma interferência dos órgãos políticos prejudica uma autonomia didática plena e dificulta a atuação autônoma administrativa, ou seja, no que diz respeito a um planejamento estratégico da escola partindo da situação específica da escola (LIMA; ARAUJO; SCHMITZ, 2012).

Conforme Primo (2007), a autonomia como está posta na LDB, 9.394/96 refere-se à forma como a escola constrói sua identidade institucional e pela capacidade de construir seu projeto educacional. E ainda saber administrar os recursos, que são destinados diretamente para desenvolver e manter o ensino. Já conforme Silva e outros (2003), uma escola torna-se autônoma ao adquirir e exercer o poder de organizar as normas e conduzir seus objetivos e metas, ou seja, uma escola autônoma comanda suas decisões, organiza coletivamente os projetos, deixando para a instância superior definir as condições financeiras que garantam a escola desenvolver seus projetos.

Nesta perspectiva, tanto Silva e outros (2003) quanto Primo (2007), apontam para uma escola autônoma, aquela que organiza sua proposta de ensino, estabelecendo metas e gerenciando eficazmente os recursos, atualmente destinados diretamente a instituição educacional.

2. A PARTICIPAÇÃO NA GESTÃO ESCOLAR: LIMITES E POSSIBILIDADES

A sociedade deseja qualidade no ensino público para isso busca meios para superar os problemas gerados pela desatenção do poder público. Pois alega que a comunidade participe da gestão escolar e que esta tenha autonomia, no sentido de que as decisões sejam tomadas junto à comunidade. Não podemos esquecer que os motivos da participação da comunidade escolar e local na gestão escolar não são unilaterais. Não apenas a escola precisa da comunidade para cumprir sua função social. A sociedade e a comunidade também precisam dela.

Em seu estudo Souza (2003) cita do escolanovista sergipano, o educador Helvécio de Andrade, (1864-1940) que também defendia a participação da família na escola, para ele:

A colaboração da família na escola tem sua recíproca na colaboração desta, para a defesa das bases da família; uma sem a outra, só pode produzir aleijões. Esses aleijões que estamos fartos de ver e lamentar, e figuram nos registros da criminalidade precoce. Essa colaboração deve ser recíproca: a família auxilia a escola [...] a escola auxilia a família, concorrendo para o prestígio de suas crenças e tradições: o respeito filial, todos os sentimentos que formam o sagrado escrínio dos lares venturosos. (ANDRADE, 1931 (apud SOUZA, 2003, p. 170)

Esse educador sergipano, assim como outros no Brasil, visava uma escola com novas propostas pedagógicas. O escolanovismo foi um movimento de educadores brasileiros nos anos de 1930, inspirados por ideias americanas e européias.

Contudo, é na década de 1980 quando a população passa a reivindicar participação levando a uma implementação de conselhos escolares, de associações de pais e mestres e grêmios estudantis criando assim espaço para participação da comunidade escolar e local (BARRETO, 2011. p. 2). Contudo é importante verificarmos de que modo se dá essa participação.

Paro (2005) analisando os determinantes dessa participação distingue entre sete condicionantes, sendo eles internos e externos. Os condicionantes internos abrangem os fatores inerentes na própria escola, os quais influenciam a associação popular na gestão escolar. Eles se referem às condições de trabalho (condições materiais), aos aspectos institucionais, aos aspectos político-sociais e aos aspectos ideológicos.

Os condicionantes externos são influências encontráveis no próprio ambiente social. Eles estão pautados em três: os aspectos objetivos de vida; aspectos culturais; e aspectos institucionais da comunidade. (PARO, 2005).

Os condicionantes materiais da participação dizem respeito às condições de trabalho na unidade escolar. São as dificuldades no âmbito da infra-estrutura e equipamento que podem contribuir para a ausência de engajamento por parte da comunidade escolar e local. Por falta de recursos a escola não consegue executar seus objetivos. Os principais obstáculos são: a falta de suporte pedagógico, infra-estrutura, precariedade física do prédio, falta de espaço físico para reuniões em especial com o meio, formação inadequada dos docentes, desmotivação dos mesmos pelos baixos salários. A falta de condições físicas da escola e a desmotivação do pessoal que atuam na educação deixam a questão da participação para um segundo plano. (PARO, 2005).

Os condicionantes institucionais se referem à organização da escola pública. Uma hierarquia onde a relação é de mando e submissão dificulta um processo democrático e participativo. Ainda há certa centralização do poder apenas na figura do diretor em instituições educacionais. O que ocorre, conforme Genovez (2004) é o receio que os diretores têm de compartilharem, tanto decisões quanto informações por aversão a perda do poder, por isso muitos não procuram meios de instigar atividades nas comunidades escolares e locais.

Os condicionantes político-sociais abrangem os diferentes anseios das comunidades locais e escolares. Os indivíduos visam seus próprios interesses e assim geram conflitos entre os grupos. Entretanto essas desavenças não devem ser compreendidas, como impedimento para construir uma gestão democrática na unidade escolar, e assim como estímulo para lutar por fins coletivos visando uma educação de qualidade.

Sobre os condicionantes ideológicos compreende-se a concepção da participação no processo democrático da escola pública. São as crenças que as pessoas têm sobre suas relações com outro. Por isso para se ter a integração da comunidade na escola, faz-se necessário compreender o modo como as pessoas pensam e agem, podem facilitar ou impedir que os usuários interajam. Isto fica evidente quando a própria escola impede a comunicação da comunidade através de posturas autoritárias. Dessa forma a comunidade se distancia da escola por não virem condições de serem introduzidos no processo decisório.

Genovez (2004) mostra em seu estudo, que envolveu através de entrevista com dirigentes, professores e alunos, que ainda há uma concepção de participação como voluntária, ou seja, limitado a comunidade a prestação de serviço a escola, tanto por parte da sociedade quanto por alguns diretores. A autora destaca em seu estudo benefícios da

participação na gestão escolar no processo de tomada de decisão na escola. Os entrevistados na sua pesquisa afirmam que a concepção que se tem sobre a função social da escola mudou, e que desse modo a instituição escolar torna-se de fato pública e pertencente à comunidade, assim como desempenha seu papel de formadora de cidadãos.

Também Dias (2004) constata lentas mudanças positivas nas relações entre escola e comunidade. Antes a escola não era acessível à comunidade, os professores não conversavam com os pais dos alunos, acreditavam que eles quando iam à escola só iriam atrapalhar o trabalho do docente. Contudo, como alerta Barreto (2011) ainda existem obstáculos, como por exemplo, o fato de que os pais quase não vão às reuniões, e geralmente as decisões reforçam medidas já adotadas pelos docentes e gestores. Precisa-se reconhecer que a cooperação dos pais nem sempre foi e é desejada pela própria escola. Educadores que se acham donos do saber não acreditam que os pais não alfabetizados poderão contribuir com o currículo (BARRETO, 2011, p.3).

Os condicionantes objetivos de vida se referem às condições sociais da comunidade usuária da escola pública, pois a camada popular tem dificuldade de participar em eventos na escola, alegam “falta de tempo e o cansaço após um longo e pesado dia de trabalho” (PARO, 2005, p. 54). Dessa forma, os pais e responsáveis vivem tentando sobreviver e isso é um fator determinante na falta de comunicação da comunidade na escola. Em sua pesquisa Paro (2005) colheu depoimentos de pais que reclamam a questão das reuniões não serem compatíveis com a disponibilidade deles. E o autor afirma não ter percebido interesse por parte da direção, em realizar as reuniões em horário consensual com os integrantes. Quanto ao fator social, a solução não depende da instituição escolar, mas sim da pressão exercida por parte da sociedade civil.

Os condicionantes culturais abarcam os aspectos da cultura da comunidade no qual a escola pública está inserida. Pode haver, por exemplo, como fator condicionador, a aversão que os pais sentem da unidade escolar e o desconhecimento sobre as questões pedagógicas – confundida ou classificada não raramente como desinteresse na participação da gestão escolar por parte da comunidade escolar, quando exclama que os pais das camadas populares não se importam com a educação dos filhos.

Os condicionantes institucionais se referem aos movimentos da sociedade organizada que luta por melhorias e acesso a bens necessários a sobrevivência. Embora esses movimentos tenham interesses pessoais dão oportunidade à comunidade de se conscientizarem e reivindicar participação na gestão escolar.

São esses os fatores, como acima já mencionados que podem facilitar ou dificultar a participação da comunidade na gestão escolar, pois, Paro (2005) chama atenção que os obstáculos que surgem, seja interno ou externo, pode, ao mesmo tempo, ser o motivo de maior junção em prol da sua superação. Ele alerta que a presença desses condicionantes no sentido positivo não garante uma boa relação de trabalho em um processo democrático. Assim como sua ausência não necessariamente leve a falta de participação. Ao contrário, eles podem estimular os insatisfeitos a se conscientizarem e desenvolverem ações para superar esses problemas. Conforme o autor, vale buscar estratégias para relevar essas dificuldades, já que a cooperação da comunidade na gestão democrática em geral promete diversos benefícios.

E ainda na visão dos docentes entrevistados, a escola transforma-se em um ambiente acolhedor, o que levaria os alunos a ter prazer em ir às aulas. Professores e diretores afirmam ainda que, “através da participação da comunidade haveria partilha de sucesso e de fracassos. “As pessoas se tornariam co-responsáveis pelos rumos da escola e, conseqüentemente, por não mais tomar decisões sozinhos [...]” (GENOVEZ, 2004. p. 201).

Medeiros (2011) em sua pesquisa sobre democratização e mudanças práticas na gestão escolar, também destaca os benefícios da gestão democrática. Entrevistados afirmam que depois dos diretores serem eleitos, houve mudanças significativas no ambiente escolar, porque mostraram serem mais interessados na qualidade do ensino público, ao estarem mais presentes na instituição escolar e comprometidos com problemas pedagógicos. Assim como mais habilidade para resolver problemas referentes à instituição e maior autonomia para inovar, o ambiente escolar.

3. ESPAÇOS DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL NA GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA

A escola tem, como já abordamos anteriormente, um importante papel na história dos indivíduos ao possibilitar a compreensão de si e das relações sociais. Tendo como função formar cidadãos para uma sociedade democrática, a escola necessita estabelecer um espaço de convivência democrática, desde a sala de aula até a sala do diretor da instituição, pois a gestão da escola é garantir uma formação de sujeitos democráticos e um meio para aprender a exercitar a democracia. Na gestão de uma escola democrática seguem-se princípios democráticos e garante-se a participação nos processos de tomada de decisões.

Rousseau (1978 apud ARANDA; SENNA, 2007, p. 91) compreende a democracia como espaço no qual o “cidadão participa da construção de uma vontade coletiva”. A democracia é, assim vista, como via que dá a sociedade instrumentos para que se tenha espaço para configurar e, ao mesmo tempo, controlar a coisa pública. Também se entende na concepção comunitária da democracia o ato de interagir como promoção de um bem coletivo. Os indivíduos juntam-se para benefício próprio, mas reconhecendo que se precisa do outro, comparável a um jogo, no qual os jogadores têm uma perspectiva dos demais, o difícil é unir várias perspectivas em um ponto de vista comum. (SILVA, 2008).

Vale repetir aqui que as relações estabelecidas pela escola foram, por muito tempo, de autoritarismo, fez-se necessário mudar as relações de poder e eliminar a hierarquia centralizadora, revendo o papel do diretor (GENOVEZ, 2004, p. 208). É a tarefa da própria direção de instigar a democratização na gestão escolar, possibilitando a participação da equipe escolar e da comunidade local, como, por exemplo, na construção do Projeto Político Pedagógico, no qual se define os objetivos, as metas da instituição e a prática nela realizada. Para isso são previstos, espaços específicos de cooperação da sociedade.

3.1 A ELEIÇÃO DO GESTOR ESCOLAR

Discute-se dentro do conceito da gestão democrática ainda a ocupação do cargo do gestor. É prevista no Projeto de Lei Nº 8035/2010 como nova proposta do Plano Nacional de Educação (PNE), na sua meta 19 “[...] a nomeação comissionada de diretores de escola

vinculada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à participação da comunidade escolar”, (BRASIL, 2010.p. 19).

A escolha do gestor escolar via eleição com a participação das comunidades escolar e local constitui, conforme Alonso e Monteiro (2009), um dos princípios da gestão democrática. Através da eleição busca-se afirmar o compromisso do diretor com toda a sociedade, e não só com alguns segmentos políticos. Pois, um coordenador com compromisso social desenvolve estratégias e ações voltadas para a qualidade social da educação, isto é, considerando o contexto social do educando. Gracindo (2009) reforça a idéia de que:

A gestão democrática do ensino implica, sobretudo, na necessidade de postura democrática do gestor. Quando traz o poder público, o coletivo escolar e a comunidade local para, juntos, garantirem qualidade ao processo educativo. [...]. Assim, a gestão democrática está alicerçada no sentido dado à educação, [...] solidariedade, inclusão e emancipação social (GRACINDO, 2009. p. 144).

Diante do aspecto de uma eleição do diretor como um processo da gestão democrática, vale aqui refletir brevemente sobre a questão da desconcentração de autoridade.

Para que não exista uma hierarquia de poder é necessária uma desconcentração em primeiro lugar, pois gestão democrática participativa exige um compartilhamento de soberania, antes centralizado ao gerente da escola. Uma co-responsabilidade pela qualidade da educação requer decisão coletiva para as ações pedagógicas e administrativas.

Por isso o modelo de gestão democrática das instituições de ensino público não apenas limita a participação da comunidade escolar à eleição do gestor. É prevista a junção de professores, funcionários, pais/responsáveis além da equipe coordenadora no processo da tomada de decisão, seguindo o pressuposto, que a escola só cumprirá sua função social quando os envolvidos com a educação atenderem aos anseios da comunidade. Assim “a comunidade torna-se uma fonte de valores e o referencial para se definir a democracia e a formação humana”. (SILVA, 2008, p. 247).

O diretor, conforme o modelo da gestão democrática distribui o poder entre os representantes da comunidade. Gracindo (2009) apresenta a necessidade da formação do Gestor Escolar, em graduação pedagógica e pós-graduação em gestão escolar, conforme a (LDB, 1996) e também Primo (2007) reforça a importância da formação do gestor, afirmando que sendo ele um educador faz-se necessário um conhecimento acadêmico e o domínio de habilidades para a mediação dos conflitos e das relações interpessoais reconhecendo o

conflito inclusive como fator positivo, para que se discuta a melhoria do ambiente escolar. Para esse autor, a formação do administrador escolar, deverá apoiar-se em três pilares: “o conhecimento, a comunicação e a historicidade” (PRIMO, 2007, p. 49).

O modelo de gestão democrática das instituições de ensino público não apenas limita a participação da comunidade escolar à eleição do gestor. É prevista a cooperação de professores, funcionários, pais/responsáveis além da equipe coordenadora no processo da tomada de decisão, seguindo o pressuposto, que a escola só cumprirá sua função social quando os envolvidos com a educação atenderem aos anseios dela.

3.2. O CONSELHO ESCOLAR

Destaca-se, neste contexto, o Conselho Escolar que objetiva a representação do coletivo da escola em assuntos da gestão escolar.

Em Aracaju, local da nossa pesquisa, a rede municipal programa, em 2002, o Conselho Escolar nas entidades escolares através da Lei nº 3.074: 2002.

Art.1º Ficam criados os Conselhos Escolares nas Unidades de Ensino do município de Aracaju.

Art.2º O Conselho Escolar é um órgão colegiado, constituído nos termos desta Lei pela Coordenação da Unidade Escolar e por representantes dos segmentos da comunidade escolar.

§ 1º Entende-se por comunidade escolar, para efeito desta Lei, o conjunto de alunos, pais ou responsáveis por alunos, servidores públicos municipais do quadro do magistério e administrativos, em efetivo exercício nas unidades escolares, (ARACAJU, 2002).

Portanto como consta na Lei, o Conselho Escolar na escola municipal de Aracaju deve ser composto pelo o gestor da escola, representantes dos professores, dos estudantes, trabalhadores em educação e comunidade em geral.

Entre as várias atividades que lhe são atribuídas estão: elaborar o regimento do Conselho; discutir as propostas do Projeto Político Pedagógico em coletivo; convocar assembleias; garantir a participação das comunidades escolar e local na construção do projeto; promover uma relação pedagógica que valorize o saber dos estudantes e a cultura da

sociedade; fiscalizar a gestão administrativa e financeira; e ainda discutir com outros segmentos alternativos referentes à organização da escola.

Desta forma, os representantes dos diferentes segmentos do meio social ganharam seu espaço para se envolver nas discussões dos problemas da escola, contribuindo em decisões no âmbito da gestão escolar sobre assuntos da área pedagógica, administrativa e financeira.

O conselho escolar tem papel decisivo na gestão democrática da escola, quando utilizado como instrumento comprometido com a construção de uma escola cidadã. Assim constitui-se como um órgão colegiado que representa a comunidade escolar e local, atuando em sintonia com os gestores e definindo caminhos para a tomada de decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas, que sejam condizentes com as necessidades e potencialidades da escola. (GRACINDO, 2009, p. 139)

Pereira (2009) se refere ao Conselho Escolar como instrumento de gestão democrática colegiada, responsável pela prática educativa desenvolvida na escola. Em sua análise sobre o Conselho Escolar e a participação da comunidade no cotidiano da escola, a luz dos dados de sua pesquisa, compreende que os membros integrantes do Conselho Escolar são capazes de construir um processo de gerenciamento escolar.

Também Silva e outros (2003) destacam o Conselho escolar como um colegiado, que tem por objetivo efetivar a democracia na instituição, participando do processo de descentralização do poder. Essas autoras destacam inclusive o papel do Conselho Escolar no que diz respeito ao veículo de comunicação entre escola e comunidade. Afirmam ainda que essa participação se faça necessária para garantir a qualidade do trabalho escolar e fiscalizar as atividades escolares, o que auxilia na autonomia escolar.

Oliveira e outros (2009) constam na sua pesquisa realizada em duas instituições públicas de ensino de Cuiabá/MT, por um lado, que a comunidade reconhece a importância do Conselho Escolar para o desenvolvimento da escola, já que se abre espaço para a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico com a participação dele, contribuindo com sugestões de como melhorar a qualidade do ensino. Contudo, os autores alertam que só a mera existência do Conselho Escolar não garante a democracia na instituição escolar e a qualidade do ensino. Precisa-se garantir não só a existência, mas também seu funcionamento democrático. Para tal é necessário que a escola tenha autonomia administrativa e financeira, visto que este é um dos princípios de uma gestão democrática.

3.3. A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES

Outro espaço institucional de participação é a Associação de pais e mestres. Formada por pais de alunos, professores e tem como função: elaborar um Plano de aplicação dos recursos; assegurar meios de qualidade da educação; e contribuir para que seja seguido o princípio da gestão democrática, (OLIVEIRA et al, 2009).

Trata-se de uma “unidade executora [...] de direito privado sem fins lucrativos, que têm o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica com (CNPJ) e receberem os recursos repassados diretamente para a escola pelo poder público federal [...] ou rede ao qual está vinculada”. (OLIVEIRA et al., , 2009, p. 157).

Na sua pesquisa, Oliveira e outros (2009) observaram que nas escolas participantes nas quais existia a Associação de Pais e Mestres, esse órgão tinha por desejo arrecadar recursos financeiros para desenvolver atividades, em caráter de urgência, conforme a liberação das verbas provenientes do governo federal.

3.4. O GRÊMIO ESTUDANTIL

Para os alunos das instituições públicas se oferece como espaço de socialização o Grêmio estudantil. A Lei 7.398 (BRASIL, 1985), institui a criação de órgãos representativos dos estudantes dando espaço para estes defenderem seus interesses, assim como o (ECA) lei 8.069/1990 Estatuto da Criança e do Adolescente, também garante a participação estudantil nos grêmios estudantis, em seu Capítulo IV Art. 53 [...] “direito de organização e participação em entidades estudantis” [...] (BRASIL, 1990).

Este órgão colegiado, cujo presidente é eleito pelos alunos que o compõem, tem por objetivo a organização dos discentes para envolver-se com atividades que contribuam para a formação educacional. Compreende-se dentre elas: atividades culturais, passeios, campeonatos e movimentos estudantis.

¹ Mostrando a influência forte de envolvimento de estudantes brasileiros, os autores fazem referência aos movimentos estudantis de 1710, quando estudantes de instituições religiosas expulsaram os soldados franceses ao entrarem no Rio de Janeiro. E o de 1786, quando estudantes que residiam no exterior lutaram em favor da independência do Brasil, e teve forte influência na Inconfidência Mineira.

Silva e outros (2003) analisaram sob uma perspectiva histórica o Grêmio Estudantil desde o início da história dos movimentos estudantis¹, consideram-no como importante espaço de representação no processo de transformação social, e na luta contra as injustiças em prol da sociedade brasileira. Quanto à atuação deles nas escolas, hoje em dia, os autores analisam que os estudantes diferem da geração passada, pois esta queria consolidar a abertura política do país. A tarefa da geração atual seria “consolidar a democracia participativa e a autonomia da escola“, (OLIVERA et al., 2009. p. 54) No entanto, na pesquisa realizada por Oliveira e outros (2009) constatou-se que não se deu espaço para os estudantes participarem na tomada de decisão nas instituições investigadas.

Também Genovez (2004) em pesquisa no Estado de São Paulo, destaca que nas duas escolas pesquisadas o Grêmio Estudantil, não atua conforme a Lei 7.398, que permite aos estudantes se organizarem em busca de seus interesses. A autora colheu depoimentos de alunos que afirmaram conhecerem apenas atividades esportivas. Com isso a autora detecta a falta de informação aos alunos a respeito da função do Grêmio Estudantil.

Os órgãos colegiados das instituições de ensino podem colaborar para a qualidade da educação quando juntam as forças para objetivos em comum, mas para isso precisa-se garantir seu efetivo funcionamento.

Para verificar como se compreende a gestão democrática em geral e a integração nos processos de tomada de decisão, investigamos, em duas escolas municipais de Aracaju, a percepção da comunidade escolar e local sobre a gestão democrática participativa.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

Descrevem-se, neste capítulo, as escolhas metodológicas no momento de definir caminho para alcançar o objetivo geral, isto é, compreender a percepção da comunidade sobre a gestão democrática participativa e os objetivos propostos nesta pesquisa. Eles são: 1) conceituar a gestão democrática participativa; 2) identificar a percepção das comunidades escolares sobre gestão democrático-participativa; 3) constatar a percepção das comunidades locais e atores externos sobre gestão democrático-participativa.

4.1 A PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Antes da pesquisa de campo, porém, realizou-se, para conceituar a gestão democrática participativa, em primeiro passo, um estudo bibliográfico com o intuito de ter um embasamento teórico acerca do tema e conhecer os estudos que vem sendo discutido. Para isso buscou-se artigos no banco de dados da *Scielo* (SciELO Eletronic Library Online) e livros e artigos na Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (BICEN), que tivesse relação com o fenômeno aqui pesquisado.

Após selecionar artigos científicos sobre o tema, iniciou-se o processo de fichar as fontes bibliográficas com a percepção de ganhar uma impressão geral sobre o que está sendo estudado e para dá suporte na análise dos dados, assim como nos ajudou a elaborar instrumentos para a pesquisa em campo.

4.2 A PESQUISA EMPÍRICA

Para a investigação empírica foram preparados instrumentos de pesquisa, isto é, questionário para a equipe coordenadora das escolas, funcionários, professores, como também um roteiro de entrevista para a comunidade local e roteiro para a dinâmica realizada em um Seminário, cujo objetivo era fazer um levantamento diagnóstico sobre a participação da comunidade local / atores externos na gestão escolar.

As entrevistas realizadas visavam levantar a percepção da comunidade local/externa sobre a gestão democrático-participativa e o *status quo* da sua participação.

Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo e qualitativo por abordar dados numéricos referentes à quantidade de questionários aplicados e por apresentar uma análise mais aprofundada e interpretativa das respostas dos participantes.

Para identificar a percepção das comunidades escolares sobre gestão democrático-participativa levantou-se através de um questionário entregues a professores, coordenadores e a outros funcionários da unidade escolar. Este questionário foi estruturado em três blocos. O primeiro bloco perguntou por dados objetivos para caracterizar melhor a comunidade escolar. Foram levantados o grau de formação da pessoa que preencheu o questionário, sua experiência no cargo que ocupa na escola e sua experiência na área da educação em geral. Para o segundo bloco foi direcionada questões sobre a qualidade e avaliação da educação, na qual obtivemos opiniões a respeito do que é uma gestão democrática, objetivo e missão da escola, o papel dela referente aos pais, alunos, comunidade e avaliação da educação. Já o terceiro bloco consta perguntas relacionadas à tomada de decisões, onde colhemos informações acerca da tomada de decisão nas escolas e de que forma, são respondidas as informações sobre decisões e eventos no colégio. (Ver Apêndice A)

Além disso, buscou-se compreender a percepção da comunidade escolar sobre os aspectos positivos e negativos tanto dentro da instituição de ensino como fora dela (na comunidade). Para isso, foi aplicada uma dinâmica coletiva para diagnosticar o SWOT (BRAVO, 2011). Esse termo, vindo do inglês, é uma estratégia para que o gestor obtenha uma forma de unir, possibilidades internas e externas, para identificar possibilidades e ameaça na organização escolar. Pois essa sigla significa; SWOT significa; Strengths = (força),= Weaknesses (fraqueza), opportunities = (oportunidade) e threats (ameaças). (Ver Apêndice B)

Essa dinâmica foi aplicada aos participantes de um encontro coletivo da comunidade escolar no início do ano letivo, 23 de fevereiro de 2012, no qual compareceu um total de 51 pessoas na Escola A. Já na escola B, a dinâmica foi realizada no dia 8 de março de 2012, no qual estava presentes um total de 24 pessoas.

Após uma breve apresentação do objetivo da pesquisa, realizamos a dinâmica da seguinte maneira: entregamos quatro cartões de cores diferentes, em que os envolvidos escreveram palavras-chaves sobre os fatores que possibilita ou dificulta à integração das comunidades interna e externa a escola, as cores dos cartões significam respectivamente: verde = oportunidade externa, amarelo = força interna, rosa = ameaça interna e azul = ameaça externa. Após o recolhimento dos cartões foram expostos em um painel e discutidos entre participantes e a orientadora da pesquisa.

Para identificar a percepção das comunidades locais e atores externos sobre gestão democrático-participativa foram realizadas entrevistas. Buscou-se, em primeiro momento um contato com instituições na proximidade local de ambas as escolas.

No dia 20 de março de 2012 foi realizada uma entrevista com um Frei paroquial da Igreja São Judas Tadeu no mesmo estabelecimento e no dia 27 de março de 2012 contamos com a participação de duas senhoras da instituição *Associação das Famílias Para Unificação e Paz Mundial*, também realizado na sede da instituição. Os depoimentos demoraram por volta de uma hora e contaram com a presença de mais dois pesquisadores que se disponibilizaram para dar apoio à realização.

O roteiro previa perguntas objetivas sobre: papel da escola e da comunidade; contato direto entre comunidade e escola e a participação da comunidade em processos de tomada de decisões da gestão escolar. Descrevemos neste capítulo, brevemente o universo da pesquisa em campo, para em seguida apresentar e discutir os dados levantados. (Ver Apêndice C)

4.3 AS ESCOLAS PARTICIPANTES

As escolas participantes desta pesquisa foram indicadas pela Secretaria Municipal de Educação de Aracaju (SEMED). Para manter em sigilo sua identificação, chamamos-as aqui de Escola A e Escola B e apresentamos apenas dados objetivos.

A Escola A oferece a Educação Infantil (crianças de 4 e 5 anos) e o Ensino Fundamental I e II. Ela alcançou no ano 2007, um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 4,4 para o 5º ano do Ensino Fundamental e em 2009 3,9, superando a meta estabelecida de 3,8. Em 2011 4,5 tendo em vista que a meta estabelecida para esse ano era de 4,2. A Escola A atualmente tem 1.904 alunos matriculados distribuídos nas modalidades já referidas, tem uma equipe formada por quatro coordenadores, com funções administrativas e pedagógicas, um quadro de 70 docentes e mais 17 servidores distribuídos em agentes administrativos e serviços gerais.

A escola B oferece a Educação Infantil (crianças de 4 e 5 anos) e o ensino Fundamental I e II. A escola alcançou no ano 2007 um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. (IDEB) de 2,9 para o 5º ano do Ensino Fundamental e 2,3 em 2009, quando foi previsto a meta de 3,4. Também em 2011 a escola ficou abaixo da meta estabelecida, isto é, 3,9, com seu resultado IDEB alcançado, isto é 3,4. Conta com uma equipe de 37

professores, 10 agentes administrativos, 7 auxiliares de serviços gerais e 3 coordenadores. A escola B tem um total de 552 alunos matriculados e disseminados nas modalidades já citadas.

Tratam-se de duas escolas com proximidade local. Essa característica foi solicitada no momento da indicação das escolas pela SEMED devido ao fato de que envolvermos a comunidade local na pesquisa empírica.

4.4 A COMUNIDADE LOCAL DAS ESCOLAS PARTICIPANTES

Ambas as escolas se encontram no bairro América do município de Aracaju-Sergipe o bairro localiza-se na Zona oeste de Aracaju. A publicação *Bairro América: a saga de uma comunidade* de Emanuel Souza Rocha e Antônio Wandererley de Melo Correâ nos deu a oportunidade de conhecer não só o perfil da comunidade local, como também a sua história.

Destaca-se a presença de representações religiosas no bairro. Não só o catolicismo, mas também os candomblés tiveram e ainda tem uma forte atuação. Igualmente, se faz presente a igreja protestante.

No Bairro América houve vários terreiros de umbanda, a exemplo do Terreiro de Nanã e São Lázaro, os mais famosos. Segundo Rocha e Correâ (2009), essa influência se deve a migração de escravos e descendentes para o bairro, após desemprego nas lavouras de canas. Já os católicos contam com a Paróquia São Judas Tadeu, uma referência não só no bairro, como também na capital sergipana. A Paróquia foi fundada com objetivo de realizar assistência religiosa e uma educação católica. A população ajudou na construção de forma voluntária em regime de mutirão. A igreja desenvolve ainda hoje um trabalho social, oferecendo um Centro de Assistência Social, onde a comunidade da localidade e arredores tem atendimento Médico e Odontológico e famílias recebem cestas básicas.

O destaque da Paróquia e os benefícios recebidos pelas pessoas se devem ao trabalho dos Párocos que estão no comando da Igreja, como ainda veremos. A Paróquia São Judas Tadeu e o Bairro América guardam na sua história uma legião de Párocos que lutaram ao lado da comunidade, para vencerem problemas e buscarem melhorias para aquela região.

A comunidade nasceu sem planejamento, por isso demorou a tomar forma de bairro, principalmente por que ocupa uma área geográfica irregular. Contudo, teve o privilégio de ter como habitantes pessoas, que se dedicaram a ajudar os moradores mais carentes, pessoas que

sensibilizadas com o sofrimento dos vizinhos procuravam amenizar de alguma forma. Essas personalidades deixaram suas marcas, no bairro e na vida de muitas pessoas dessa vizinhança.

A denominação América, segundo depoimento colhido pelos autores, foi o russo Jose Zuckermann, que após viver em vários países da América do Sul, e sendo perseguido por ser judeu, então veio para o Brasil, ao chegar a Aracaju comprou um sítio e o colocou o nome de América em homenagem ao continente. Passado alguns anos ele loteou a área. A partir de então aquele lugar começa a tomar forma de bairro e seu nome oficializado em 1947.

Porém existia a Penitenciária desde 1926, com isso o bairro começa a ter um atrativo e a chegar mais habitantes, pois “familiares de detentos migrados do interior e de estados vizinhos [...], ex-presidiários resolveram se instalar naquela área” (ROCHA; CORRÊA, 2009, p. 29). A chegada da Penitenciária não significou melhorias de imediato. Ainda em 1962 não havia água encanada nas casas, apenas em chafariz. O meio de transporte também era raro e precário, devido aos buracos nas ruas de piçarra.

Sendo um bairro com infraestrutura carente, as áreas de lazer também deixavam a desejar. A comunidade contava com os pequenos espaços ditos campos de peladas, onde as crianças, jovens e adultos jogavam bolas.

Mesmo sendo uma periferia com a presença da polícia, o Bairro América foi considerado violento devido ao tráfico de drogas. A violência aumentou paralelamente com a superlotação da Penitenciária a partir de 1980. Na luta contra a violência, foi o Bairro América que se destacou pela implementação de uma Polícia comunitária, uma iniciativa da comunidade, especificamente do Frei Raimundo da Paróquia São Judas Tadeu e de grupos culturais, que se reuniram com membros da polícia militar. E assim em 1996 inaugura-se “o posto de Atendimento ao Cidadão – PAC” anexo a área da Igreja São Judas. Mas a comunidade sofria ameaça de extinção do PAC, com constantes mudanças de Comandantes da PM, que não concordavam com o policiamento comunitário. Então mais uma vez a população do Bairro America se mobilizou em prol de um objetivo comum e foram vitoriosos com a permanência do Posto. O PAC- Posto de Atendimento ao Cidadão é uma forma de ter os policiais na região e assim em caso de emergência pode torna-se mais rápido o atendimento, visto que funciona em forma de plantões com equipamentos adequados, o PAC do Bairro America já foi o mais equipado, contando com quatro viaturas, duas motos, computador e dormitório. (ROCHA; CORRÊA, 2009)

O Bairro América enfrentou também um sério problema no que diz respeito à qualidade de vida, pois a poluição era emitida pela Fábrica de Cimento, localizada naquela área nos anos de 1967 a 1984, permanecendo sua estrutura até 2000 quando foi demolida. A

princípio a construção da Fábrica de Cimento em 1967, significava emprego para os habitantes da localidade, mas ao iniciar as atividades vieram problemas ambientais. O pó que saía pelas chaminés causava doença respiratória nas pessoas, morte em animais, árvores e outros incômodos a comunidade. Foi esse o motivo que fez a comunidade se mobilizar contra a Fábrica.

Diante de tamanha poluição a sociedade iniciou um movimento contra essa empresa, pedindo sua extinção naquela localidade. Denunciavam nos meios de comunicação e contaram com o apoio de políticos e médicos. Vale ressaltar a contribuição dos padres da Paróquia São Judas Tadeu e principalmente do Frei Florêncio que conseguiu organizar um abaixo assinado, junto a Associação de Moradores e Amigos do Bairro América (AMABA), todos lutando pela extinção da indústria que finalmente foi fechada parcialmente no ano 1984.

É essa associação que se destaca pelo trabalho realizado em prol do desenvolvimento do bairro e bem estar da comunidade. Outra associação criada no ano 1988 foi a Sociedade Comunitária Inclusiva do Bairro América (SOCIBA), esta também escreve sua história no desenvolvimento do bairro.

Encontra-se ao redor das duas escolas, A Igreja São Judas Tadeu, uma grande referência na vizinhança, o Candomblé também tem presença forte no Bairro onde ainda há o Barracão, denominado Abaça São Jorge, um dos mais destacados na comunidade, pela popularidade de sua fundadora, Mãe Nanã (1891-1981).

O bairro conta com um comércio relevante para a comunidade; mercado de abastecimento de hortifruti granjeiro; artesanato; lojas de confecção; materiais de construção e outros, assim como espaço de lazer, no Bairro têm praças, equipadas para oferecer a comunidade momentos de descontração.

4. PERCEPÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA COMUNIDADE ESCOLAR E LOCAL

As entrevistas com representantes da comunidade e os resultados dos questionários e os seminários revelaram informações sobre as escolas e a interação desta com a comunidade. No primeiro momento apresentamos os resultados dos dados levantados por meio dos seminários realizados nas unidades escolares, no segundo, descrevemos os resultados dos questionários e em terceiro a percepção da comunidade local, levantada por meio de entrevista.

5.1 A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

A matriz SWOT é usada como instrumento de avaliação e de organização institucional. Com essa ferramenta se analisa os pontos fortes e fracos dentro da organização, e as oportunidades e ameaças existentes fora da organização. Desta forma, a utilização da matriz SWOT no caso da escola pode servir para a identificação das oportunidades e forças que colaborem na busca de metas e finalidades, assim como analisar as ameaças e fraquezas que impeçam a gestão escolar alcançar seus objetivos (BRAVO, 2011).

Então apresentamos a matriz SWOT em um seminário com a comunidade escolar da Escola A e da Escola B para identificar a percepção da comunidade escolar. As anotações foram por nós revisadas conforme repetição ou significados semelhantes, o que levou ao seguinte resultado da dinâmica da Escola A:

Resultados do SWOT da Escola A após a revisão	
Fraquezas (algo interno que atrapalha) • Poluição sonora; • Falta interação; • Modo de tratamento com alunos; • Educação; • Livro didático; • Compromisso; • Separação grupal; • Descompromisso de alguns profissionais; • Falta de respeito; • Espaço de cumplicidade; • Falta de coesão; • Autoritarismo; • Ignorância; • Não ser firme nas decisões tomadas; • Falta de comunicação; • Fofoca • Indisciplina dos alunos; • Falta de organização; • Falta de tempo; • Alunos ociosos; • O habito que os alunos têm em não assistirem o 1º e o 5º horário.	Forças/Fortalezas (algo interno que ajuda) • Meia dúzia de colegas dispostos ao dialogo; • Meus alunos; • Amor pelo que faz; • O senso de humor; • Liberdade de atuação; • Compreensão; • Espaço físico; • Cooperação; • A união entre todos; • Compartilhamento; • Boa gestão de diretores; • Recursos didáticos; • Participação e colaboração; • Conversa com colegas; • Acolhimento; • Humanismo compreensão do outro; • Suporte pedagógico; • Uma boa equipe de coordenação e de professores; • Organização do prédio; • Professores competentes; • Apoio de algumas pessoas na própria escola; • Boa vontade de parte dos profissionais.
Ameaças (algo externo que atrapalha) • Drogas e violência; • Agressões verbais; • Ausência dos pais no convívio com filhos; • Ausência de valores; • Poluição sonora; • Falta de participação de alguns pais; • A comunidade não sente a escola como sua; • Conceito equivocado de educação;	Oportunidades (algo externo que ajuda) • Diversidade cultural; • Participação de alguns pais; • Parceria com alguns setores; • Um bom conceito da escola; • A liderança da Igreja; • A não violência urbana; • Compreensão; • Localização e aspecto físico; • Segurança.

Quadro 1: Resultado da dinâmica realizada com representantes da comunidade escolar da Escola A
Fonte: Pesquisa das autoras

Alguns dos aspectos foram colocados por mais de uma pessoa o que indica a intensidade da percepção desse fator. No que diz respeito às fortalezas, cinco dos participantes citam a competência dos docentes que fazem parte do quadro de professores da escola

referida, o mesmo numero se repete quanto à colaboração que há no ambiente da instituição e quatro dizem ser uma fortaleza, a comunicação entre os colegas de trabalho e dois fazem referencia ao suporte pedagógico.

No que se refere às fraquezas; a indisciplina dos alunos é o principal fator interno na opinião de sete professores, cinco se referem à desunião no ambiente de trabalho, cinco apontam a desagregação familiar como fator que interfere no desenvolvimento escolar e o mesmo número de docentes compreende o barulho como ponto negativo.

Com relação às oportunidades, sete dos professores participantes identificam a participação dos pais na escola como tal. Já para seis docente é a união entre escola e religião e quatro diz ser a localização da unidade de ensino.

No que diz respeito às ameaças; com relação a esse fator externo doze professores colocam como ponto negativo a ausência da família na escola, oito dizem ser a violência e três citam a desvalorização da educação por parte da comunidade e dos pais dos alunos.

O Quadro da escola B em seguida apresenta os seguintes aspectos.

Resultados do SWOT da escola B após a revisão	
Fraquezas (algo interno que atrapalha) • Falta de união/ Uns querendo ser mais do que o outro; • Salas de aula muito desconfortáveis; • Indisciplina dos alunos; • Falta de interesse dos alunos; • Fofoca; • Não ter planejamento; • Falta de local para esporte.	Forças/Fortaleza (algo interno que ajuda) • A colaboração da escola; • Trabalho em conjunto; • Compromisso dos professores e da gestão; • Acolhimento ao aluno; • Apoio de alguns colegas; • O envolvimento do corpo docente e funcionários; • O suporte pedagógico e administrativo; • Os alunos gostarem da escola.
Oportunidade (algo externo que ajuda) • Equipe Pedagógica; • Solidariedade; • A religião; • A cultura, apesar de ser pouco valorizada. • A participação dos pais	Ameaças (algo externo que atrapalha) • Falta de acompanhamento dos pais; • Não tem acompanhamento/ da Guarda Municipal nem da comunidade; • Influência c/ as drogas; • A ausência da família; • A violência; • O acesso facilitado à marginalidade; • A falta de preservação; • Falta de ajuda dos pais quanto a realização das tarefas de casa.

Quadro 2: Resultado da dinâmica realizada com representantes da comunidade escolar da escola B
Fonte: Pesquisa das autoras

No que diz respeito às fortalezas, apontam sete professores o coleguismo no interior da instituição, outros dois fatores citados foram o suporte pedagógico/administrativo e o acolhimento ao discente.

Referindo-se às fraquezas, cinco professores compreendem a falta de interesse dos alunos pela própria educação como principal fator interno que atrapalha o alargamento na escola. Dois professores ainda apontam a falta de união entre colegas de trabalho.

Quanto às oportunidades quatro docentes destacam uma maior participação das famílias nas atividades escolares.

Com relação às ameaças, cinco docentes enfatizam a violência desencadeada pelo uso de drogas, como um impedimento externo que dificulta o desenvolvimento da unidade escolar.

Os resultados de ambas as escolas apresentam semelhanças como também divergências. No que diz respeito às fraquezas as duas comunidades enfatizam aspectos semelhantes, mas a percepção da Escola A sobre as fortalezas é diferente da escola B. No que diz respeito às oportunidades os participantes de ambas as escolas colocam a participação dos pais, como principal instrumento de possibilidade externa que pode ajudar na organização da escola. Quanto às ameaças, a violência é um ponto semelhante destacado pelas duas escolas como fator negativo.

A dinâmica foi realizada para ganhar uma visão holística da situação das escolas estudadas. Por meio de questionários queríamos, contudo, coletar dados mais específicos sobre a gestão participativa.

Perguntado sobre a missão da escola, 14 dos 39 professores participantes da Escola A atribuem como missão da escola a formação de cidadãos. Eles atribuíam à escola a construção do conhecimento, a criação de um ambiente de integração, desenvolvimento de projetos com a comunidade e a iniciativa da participação da comunidade.

Na visão de 5 dos 8 funcionários a missão é também educar e ensinar. Eles colocaram como missão o desenvolvimento psicológico do aluno e a educação cultural, religiosa e social. Para os quatro coordenadores, a missão é educar e melhorar a qualidade da educação, buscando o desenvolvimento do aluno, a preservação do bem estar de todos.

Na visão de cinco professores dos 15 participantes da Escola B, é de que a missão da escola é formar cidadão. A mesma opinião tem os dois coordenadores e quatro dos sete funcionários. Outras opiniões dos participantes da escola B colocados no questionário apontam a promoção de aprendizagem e socialização para que o educando se torne um cidadão, envolvendo a comunidade e integrando a escola na comunidade local.

Perguntado sobre o papel da escola referente comunidade, os professores da Escola A acreditam que a escola precisa aproximar-se da comunidade e envolvê-los no processo educacional dos filhos:

Aproximar a comunidade e procurar integrá-la (sic) no dia a dia da escola (Professor 1 da Escola A);

Ajudar os alunos através da família e formar grandes cidadãos para o futuro (Professor 3 da Escola A);

Trazer os pais para participação no debate sobre o desempenho escolar (Professor 4 da Escola A);

Orientar no sentido dos papéis de cada um quanto ao aluno no processo de aprendizagem e educação familiar (Professor 8 Escola A);

zelar pelo aprendizado dos alunos, pela integridade física e moral de cada aluno (Professor 22 da Escola A);

Incentivar a participação efetiva dos pais na educação dos filhos, acompanhando-os em casa e na escola (Professor 31 Escola A);

maior entrosamento entre os pais e a escola (Professor 13 Escola A);

promover a participação dos pais e responsáveis no contexto da educação curricular do aluno (Professor 6 da escola A).

Os professores da Escola B têm a mesma percepção sobre o papel da escola com relação à comunidade como os professores da Escola A , como consta na opinião de ambos:

Aproximar mais as pessoas do mundo escolar (sic) (Professor 1 da Escola B);

Interagir com os pais e comunidade local para que juntos sejamos uma unidade transformadora (Professor 3 da Escola B);

Inserir no aluno conhecimentos escolares e trabalhar juntamente com a comunidade o rumo de melhoras social (Professor 4 da Escola B);

Informar aos pais o comportamento dos filhos e pedir que faça parte da escola, do desempenho do professor e alunos (Professor 5 da Escola B);

Obter uma relação de comunicação, contato, ter sempre os pais próximos com a escola o máximo possível para que a aprendizagem do aluno seja eficiente e positiva (Professor 6 da Escola B);

Orientar os pais da melhor maneira possível, em relação à educação dos seus filhos (Professor 9 da Escola B);

Levar o aluno e a comunidade aprendizagem e instrução tornando-os sociáveis, ensinando os valores e crescimento pessoal (Professor 10 da Escola B).

No que diz respeito ao papel da escola os professores das duas escolas estudadas colocam a escola como principal espaço de participação e compartilhamento de responsabilidades para com o ensino-aprendizagem.

As opiniões dos funcionários da Escola A e da Escola B pouco se diferenciam no que diz respeito ao papel da escola. Para os funcionários da Escola A o papel da escola é interagir com os pais, torná-los participativo e formar cidadão. Seguem algumas citações.

Educar os alunos e passar confiança aos pais (sic) (Funcionário 1 da Escola A);

Formar cidadãos de bens (Funcionário 6 da Escola A);

Colaborar na educação dos filhos de quem procura. E não de salvadora como muitas família acham (Funcionário 7 da Escola A);

Procurar interagir com os pais trazendo-os com mais frequência para escola a fim de participarem da vida escolar dos seus filhos (Funcionário 8 da Escola A).

Os funcionários da escola B têm uma visão semelhante como mostra a fala de ambos.

Acolher todos os que nos procura e enfrentar com eles os (sic) problemas (Funcionário 2 da Escola B)

com os pais, e a comunidade em geral com projetos educativos, e ensino de qualidade (Funcionário 3 da Escola B);

Tentar aproximar ao máximo os pais e a comunidade com o cotidiano escolar, procurando sempre novas alternativas para os mesmos (Funcionário 4 da Escola B);

Fazer com que todos imbuídos no processo sejam responsável na educação dos alunos, fazendo com que esta se torne unida para um futuro melhor (Funcionário 5 da Escola B).

A opinião dos gestores da Escola A quanto ao papel da escola referente aos pais/responsáveis dos alunos e à comunidade local na qual está inserida é de; “*Promover o ensino de qualidade visando á formação do cidadão para incluí-lo na sociedade*” (Gestor 1 da Escola A) e “*criar uma conscientização sobre o papel dessas pessoas na educação de seus*

filhos e formação de uma sociedade melhor” (Gestor 3 da Escola A) e “estabelecer um clima harmônico entre todos” (Gestor 4 da Escola A).

Para os gestores da escola B a escola tem como papel; *“desenvolver a socialização dos alunos a fim de ajudá-lo na sua incorporação no mercado de trabalho e sua formação como cidadão” (Gestor 1 da escola B) e “Tornar os pais parte integrante das ações da escola, mostrando-os a necessidade da colaboração da família no processo de formação do aluno. Integrar a comunidade ao ambiente escolar proporcionando meios de também colaborar com o desenvolvimento social e educacional local”.* (Gestor 2 da escola B)

Dessa forma podemos perceber como as opiniões de todos os participantes das duas escolas são semelhantes quanto à importância da participação dos pais ou responsáveis de alunos no processo educativo dos estudantes.

Compreendendo o fluxo de informação um elemento-chave para participação, perguntamos sobre o modo de divulgar informações entre membros da comunidade escolar e local. Com relação à divulgação das informações da coordenação para os alunos e pais/responsáveis de alunos e para membros do Conselho Escolar e/ou membros de outros órgãos colegiados, os gestores da Escola A afirmam que são; por meio de reuniões, avisos verbais em salas de aulas e comunicados escritos. Os gestores da escola B usam meios de comunicação semelhantes aos da Escola A.

Perguntado sobre a participação dos pais/responsáveis no processo de tomada de decisão na escola, 25 professores dos 39 participantes da Escola A são a favor da sua participação, porque vêem os pais como os maiores interessados no processo ensino-aprendizagem dos filhos, assim como apontam a importância deles conhecerem a realidade do universo educacional, além de acreditarem que um trabalho em conjunto traz bons resultados, como segue a fala de alguns.

pra que este segmento tenha mais responsabilidade na (sic) solução dos problemas que não é só de alguns (Professor 6 da Escola A);

a escola deve trabalhar em conjunto com a família e a comunidade (Professor 15 da Escola A);

a comunidade precisa dizer o que espera da escola. Sua opinião deve ser respeitada (Professor 17 da Escola A);

fomenta o compromisso dos mesmos com a educação da clientela assistida (Professor 19 da Escola A);

quando os pais participam das decisões da escola eles têm como ajudar os filhos em casa (Professor 20 da Escola A);

a participação dos pais dá um resultado mais satisfatório (Professor 22 da Escola A);

acredito que é no coletivo que as decisões são mais acertadas (Professor 9 da Escola A).

Os professores da escola B também concordam com a participação dos pais, acreditam que assim se constitui a gestão democrática além de ser importante o acompanhamento dos pais na vida escolar dos educando:

para os pais ficarem conhecedor de seus deveres (sic) (Professor 2 da Escola B);

acho importante a opinião e sugestões deles, pois os filhos deles estudam na escola (Professor 6 da Escola B);

faz parte do princípio da gestão democrática (Professor 9 da Escola B);

Incentivar a educação com a participação de todos (Professor 3 da Escola B);

Fazer parte da comunidade e das decisões tomadas por todos (Professor 5 da Escola B);

eles precisam participar mais da vida de seus filhos não apenas jogá-los na escola (Professor 1 da Escola B).

Para os funcionários da escola A é fundamental a participação dos pais, pois assim as decisões tomadas ficam sob responsabilidade coletiva, e participam do processo educacional e desenvolvimento educativo do aluno, como consta na opinião de alguns:

eles também fazem parte do processo educacional e caminham (sic) juntos com a escola (Funcionário 9 da escola A)

É importante para o processo do desenvolvimento do aluno (Funcionário 2 da Escola A)

a opinião, quanto mais, melhor (Funcionário 7 da Escola A)

as decisões tomadas não ficam só sobre a coordenação, e os pais ficam sabendo das ocorrências da escola (Funcionário 8 da Escola A)

Quanto à participação dos pais, os funcionários da escola B acreditam na importância da comunicação entre pais e professores, na participação das atividades e no direito de fazer se participativos:

e muito importante a participação de todos (sic)(Funcionário 1 da Escola B)

Porque os pais e professores devem se comunicar sobre tudo que se passa com o aluno (Funcionário 6 da escola B)

Porque eles ficam atualizados sobre o que está acontecendo (Funcionário 2 da escola B)

expressar seu ponto de vista (Funcionário 4 da escola B)

Porque faz se participativo (Funcionário 5 da escola B)

A fala dos participantes tanto da escola A quanto a escola B, são unânime com relação à importância da participação dos pais nas decisões da gestão escolar. Assim como consta similaridade em outras questões relacionadas à gestão escolar.

Após analisarmos a percepção da comunidade escolar sobre as possibilidades e limites de uma gestão democrática participativa, nas escolas estudadas, avaliamos a opinião da comunidade local.

5.2 A PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL

O primeiro entrevistado é frei da Paróquia da Igreja São Judas Tadeu, localizada no bairro América. Ele já está à frente desta há sete anos. Formado em Filosofia, Teologia, História e pós-graduado em História, mostrou um vasto conhecimento tanto em educação como no social. Durante este período de administração paroquial, buscou e continua procurando parcerias para o desenvolvimento de um precioso trabalho social na Paróquia São Judas Tadeu, ampliando o marco na história do Bairro America.

Na entrevista, perguntado pelo papel da escola na comunidade, ele começou a apontar os problemas educacionais e sociais atuais. Dentro desse contexto, o Frei aponta que o papel da escola e da comunidade (família) é de andar juntos. “Ambos precisam um do outro para ter uma relação de mútua ajuda, visto que, a família é um reflexo da sociedade, e que os pais querem que a escola eduque seus filhos sem a presença deles”. Em sua opinião os pais devem ser amigos da escola, contudo, ele alerta de que a relação da escola com a comunidade ainda é muito restrita. Inclusive apontando o fato de que os pais não se sentem co-responsáveis pela educação dos filhos.

Sua crítica também se refere ao sistema educacional, pois segundo ele as normas que regem a escola não estão interessadas em tornar o aluno um indivíduo crítico da sociedade.

Em sua opinião, os professores ainda usam o método de ensino tradicional, não valorizando a vivência dos educandos para a sala de aula, o que dificulta a relação destes com o cotidiano do aluno.

A escola, conforme ele, não está comprometido com o lado social dos educandos, pois a construção da criticidade depende da questão cultural, afirma que: “*as pessoas não tem liberdade de expressão, a escola é manipulada pelo sistema político*” (sic). Segundo o Frei, a escola precisa ser comprometida com o lado social dos educandos, e que se faz necessário que o professor ouça o aluno, pois é preciso haver uma troca de conhecimento entre o educando e o docente.

No que diz respeito à própria atitude da comunidade, o Frei acredita que falta no momento, iniciativa da comunidade em reivindicar melhorias para o bairro. Para ele a população deve se envolver em prol de um objetivo comum e reivindicar algumas melhorias, visto que o bairro passa por problemas de iluminação nas ruas e infraestrutura em modo geral.

Já em relação ao contato que ele próprio manteve ou mantém com as escolas do bairro, confirma que mantém apenas duas vezes por ano. Recentemente foi convidado para a reunião pedagógica da escola A, na qual participou para abençoar o início do ano letivo. Com a Escola B o convívio foi uma única vez ao ministrar uma palestra. Ele mesmo afirmou seu interesse em ir às escolas mais vezes para ministrar palestras; buscou a gestão escolar sobre temas de interesse da escola para serem abordados com os alunos. Mas alguns gestores não deram importância. O Frei acredita que as dificuldades são a falta de espaço e tempo dos professores e pais.

Perguntado qual seria um meio de comunicação entre escola e comunidade, preferido por ele, escolheu um jornal elaborado pelos próprios alunos.

No que diz respeito ao potencial da comunidade para ajudar a escola, ele cita a possibilidade de identificar alunos carentes e desenvolver projetos junto à escola para ajudá-los. Atualmente, ele disse que a igreja não tem nenhum projeto inter-relacionado com a escola. Em sua opinião falta iniciativa de ambas as partes.

A escola, a seu ver, dificulta a relação com a comunidade, porque a presença da família pode ameaçar a autoridade da gestão escolar, pois esta ainda mantém uma postura tradicional nas tomadas de decisões da escola, pois, conforme ele, o novo causa receio. O Frei afirma que nunca participou de nenhum ato decisório nas escolas, contudo gostaria de ter um contato com os alunos e educadores, para orientações sejam, pedagógica ou social (familiar) e outros problemas, apontando que “*a Igreja dos Capuchinhos sempre esteve comprometida com a educação social e a Igreja presa pela dignidade*” (sic).

A segunda entrevista ocorreu com representantes da Associação das Famílias Para Unificação e Paz Mundial que existe há 23 anos e tem um grupo frequente de aproximadamente 60 pessoas. Ela ministra cursos bíblicos e prepara pessoas que vão iniciar uma família. Para isso também realiza visitas domiciliares para conversarem com pessoas que estejam com algum problema.

As duas entrevistadas, Sra. A e Sra. B moram no Bairro America, há anos. Ambas dizem que atualmente não têm contato com a Escola A e a escola B. No ano passado Sra. A realizou uma palestra na escola B sobre o Dia Internacional da Mulher. Na sua opinião referente a missão da escola, ela aponta o trabalho em prol da educação.

Elas confirmam que não costumam receber informações sobre decisões ou eventos nas referidas escolas. Perguntado pelo meio preferido de comunicação, escolheriam o contato pessoal ou por meio de um jornal escolar. Também nunca participaram no processo de tomada de decisão e nem conhecem o atual Projeto Político Pedagógico ou alguns órgãos colegiados das escolas. Elas afirmam que sentem vontade de integrarem as escolas, mas acreditam que não são convidadas para darem palestras devido à religião e ainda pensam que a escola dificulta uma relação com a comunidade por não buscar o contato, por exemplo, para realizar palestras. As entrevistadas apontam que “*quem quer vão á busca*” (sic).

No que diz respeito como a comunidade poderia ajudar a escola, apontam, em primeiro lugar, a responsabilidade dos próprios pais. Eles precisam observar os filhos para perceber se estão passando por alguns problemas, como, por exemplo, o *bulling*.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É a gestão democrática que exige, e, ao mesmo tempo, justifica uma ampliação da autonomia da escola, que por si só já é limitada devido ao fato de que a mesma pertence a um sistema educacional. Sem a criação e execução de mecanismos de descentralização e de democratização nas unidades escolares e sem o envolvimento e da participação de todos os sujeitos, se tornara obsoleto discutir e reivindicar a autonomia da escola, pois não se justifica a autonomia na tomada de decisão se esse processo se concentra na mão do coordenador geral.

Portanto, esta pesquisa buscou estudar os limites e as possibilidades da participação da comunidade escolar e dos atores externos na democratização da gestão escolar. Examinou também a percepção da comunidade escolar e atores externos a ela, por entendermos que uma efetivação da gestão democrática é um fator-chave no sistema de ensino público para a melhoria da qualidade da educação brasileira. A análise das fontes bibliográficas e a pesquisa de campo constata que ainda falta uma consolidação de efetiva participação da comunidade escolar e local na gestão da escola, como constatamos em Paro (2005), Gracindo (2009), e de Aranda e Senna (2007), que mostram a falta de uma concretização da gestão democrática na escola pública. Os autores apontam a falta de conhecimento da comunidade sobre seu direito de participar do processo de tomada de decisão na gestão escolar.

Genovez (2004) e Medeiro (2011), destacando os benefícios da participação da comunidade na gestão escolar, apontam a responsabilidade compartilhada, pois com a participação dos segmentos o sucesso ou fracasso da qualidade da educação é partilhado e não fica só sobre as mãos de um único.

Na nossa pesquisa os participantes das duas escolas reconhecem a importância da participação da comunidade local no processo da tomada de decisão na gestão escolar como forma de melhorar a qualidade de educação, mas observou-se a ausência no planejamento, referente à elaboração do Projeto Político Pedagógico ou até o conhecimento do próprio. Os representantes da comunidade local, contudo, expressaram tanto no seu discurso como também no seu agir a vontade de se envolver em assuntos comunitários em geral, e da educação em específico.

Contudo é preciso fazer mais do que impor a gestão democrática participativa pela lei. Faz-se necessário as políticas darem condições de programar-las e oferecer estratégias contextualizadas para mudar a percepção das pessoas envolvidas. A gestão democrática é estabelecida na legislação brasileira desde 1988. Porém, não basta cumprir institucionalmente

os princípios democráticos. Precisa-se também iniciar reflexões sobre como iniciar as mudanças necessárias. Não é suficiente criar órgãos colegiados, é relevante que eles funcionem conforme princípios democráticos. Só a partir da participação da comunidade escolar e local se pode falar de gestão democrática. Seu funcionamento é uma demanda urgente para que a escola não deixe de cumprir sua função social que se torna cada vez mais complexo diante da globalização do mercado de trabalho e da exclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Kátia, Morosov; MONTEIRO, Tereza, Leones: **O gestor escolar e a gestão democrática**: papeis e desafios: Revista Educação Pública, Cuiabá, v,18 n. 38,set/dez. 2009 p.520 a 531.
- ARACAJU. Lei 3.074 de 30 de dezembro de 2002. **Legislação Conselhos Escolares de Sindipema**. http://www.dhnet.org.br/direitos/municipais/a_pdf/lei_organica_se_aracaju.pdf; acessado em 27/04/2012.
- ARANDA, Maria Alice de Miranda; SENNA Ester: **A Gestão democrática da educação: Mas, qual democracia?.** **Educação e Fronteiras**, Dourados, M S. v.1, n. 1, jan/jul. 2007. p. 87 a 99.
- BARRETO, Elba Siqueira de Sá: **A participação na escola**: contribuições para a melhoria da qualidade da educação. Brasília: Ministério da Educação/INEP, 2011. Disponível em: <<http://tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/150822RetratosEscola.pdf>>. Acesso em 2 ago. 2011.
- BRASIL. Lei 8034 de (2010). Aprova o Plano Nacional de Educação. **Câmara dos Deputados, Brasília**, DF, 2010.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Câmara dos Deputados**, Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Lei 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. **Congresso Nacional**, Brasília, DF, 1985.< <http://www.mundojovem.com.br/gremio-estudantil>>. Acesso 19/10/2012.
- BRASIL. Lei 8.0869, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Congresso Nacional**, Brasília, DF, 1990.
- BRAVO, Ismal. Promovendo Mudanças e Inovações. In: _____.**Gestão educacional no contexto municipal**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2011. Cap 4, p. 105-155.
- DIAS, José Augusto. Gestão democrática da escola. In:_____.**Educação básica**: Políticas, legislação e gestão: leituras. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2004. Vários autores, Cap, 12, p. 216-229.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI Escolar**: O minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. ver. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GADOTTI, Moacir. Autonomia Relativa da Escola. In. _____. **Escola Cidadã**, 10. ed. São Paulo: Cortez, 2004. Cap. VI p. 44-48 (Coleção Questões da Nossa Época; v.24).

GENOVEZ, Maria Salete. A democratização da gestão da escola pública. **Gestão em Ação**, Salvador, Salvador, v.7, n.2 p. 197-211, maio/agosto, 2004.

GRACINDO, Regina Vinhares. O gestor escolar e as demandas da gestão democrática: exigências e práticas, perfil e formação. **Revista Retrato da Escola**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 135 – 144, jan/jun. 2009.

LIMA, M. R. Guimarães; ARAÚJO, R. Santos; SCHMITZ, Heike. Gestão democrática participativa: Uma discussão diante a autonomia e função social da escola. In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICA E GESTÃO DA EDUCAÇÃO, 2012, Itabaiana. **Anais eletrônicos** Itabaina: UFS, 2012.

MEDEIRO, Arilene M. Soares de. Democratização e mudanças práticas na gestão escolar. Universidade do Estado do RN. **Linhas Críticas: Revista da Faculdade Educação**, Brasília, n,32 p. 137-149, jan/abr. 2011.

OLIVEIRA, João Ferreira de, et al. Gestão democrática e qualidade de ensino em escolas de educação básica. **Revista Retrato da Escola**, Brasília, v, 3, n. 4, p. 149-160, jan/jun. 2009.

PARO, Vitor Henrique. Gestão da escola publica: a participação da comunidade. In. _____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2005, p. 41-70. (Serie Educação em Ação)

PENIN, Sonia, T. Sousa; VIERA, Sofia Lerche. Refletindo sobre a função social da escola. In. VIERA, Sofia Lerche (org.). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.13-43.

PEREIRA, Rodrigo. **Conselhos Escolares: a participação das comunidades e as implicações sobre o cotidiano na escola pública**. 2009.191f. Mestrado em Educação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2009.

PRIMO, Edvaldo Viera. **Gestão escola: conflitos nas relações interpessoais**. 2007, 58 f. Monografia (Especialização em estudos para a Paz e Resolução de Conflitos) Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

ROCHA, Emanuel Souza; CORRÊA, Antônio Vanderley de Melo. **Bairro América: a saga de uma comunidade**. Aracaju: Info Graphics, 2009.

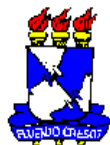
SILVA, Adejaira Leire da et. al. Autonomia pedagógica e administrativa na escola pública. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 6, n.1, p.43-62, jan./jun. 2003.

SILVA, Sidney Reinaldo da. Concepção comunitarista da democracia e educação. **Olhar do professor**, Ponta Grossa, v.11, n.2, p. 233-252, 2008. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/684/68412830001.pdf>>. Acesso em 2 ago. 2011.

SOUZA, Josefa Eliana Nunes Mendonça: **Um Escolanovista Sergipano**. São Cristóvão: Fundação Ouvido Teixeira, 2003.

APÊNDICE A

CORTE DO QUESTIONÁRIO QUE SE REFERE ÀS PERGUNTAS E RESPOSTAS TRABALHADAS NESTA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO PARA MEMBROS DA EQUIPE COORDENADORA

Prezado coordenador,

Esse instrumento faz parte da pesquisa *Mediações entre avaliação e gestão: uso de um software de avaliação para a gestão da educação municipal*. Sua colaboração é de fundamental importância nesse estudo, cujo resultado será usado apenas para fins de pesquisa.

Agradecemos-lhe pela sua colaboração.
A equipe pesquisadora.

[...]

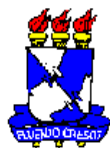
2. Qual é o objetivo geral / a missão desta escola?

3. Qual o papel da escola referente aos pais/responsáveis dos alunos e à comunidade local na qual é inserida?

[...]

13. Como são passadas ou divulgadas informações da coordenação para os alunos e pais/responsáveis de alunos?

14. Como são passadas ou divulgadas informações da coordenação para membros do Conselho Escolar e/ou membros de outros órgãos colegiados?



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

Prezada professora e prezado professor,

Esse instrumento faz parte da pesquisa *Mediações entre avaliação e gestão: uso de um software de avaliação para a gestão da educação municipal*. Sua colaboração é de fundamental importância nesse estudo, cujo resultado será usado apenas para fins de pesquisa.

Agradecemos-lhe pela sua colaboração.
A equipe pesquisadora.

[...]

BLOCO II

2. Qual é o objetivo geral / a missão desta escola?

[...]

4. Qual o papel da escola referente aos pais/responsáveis dos alunos e à comunidade local na qual é inserida?

[...]

BLOCO III

2. Como são comunicadas as decisões tomadas ou as atividades realizadas?

1. (..) Pessoalmente e oralmente
2. (..) Oralmente em reuniões coletivas
3. (..) Comunicado escrito encaminhado para cada membro
4. (..) Mural
5. (..) Atas em pastas acessíveis para todos

[...]

8. E o que pensa sobre a participação dos pais/responsáveis no processo de tomada de decisões referente aos assuntos da escola?

1. (..) Sou à favor da participação dos pais/responsáveis em processos da tomada de decisão na gestão da escola, porque

[...]

Agradecemos-lhe, mais uma vez, pela sua colaboração. Obrigada!
Equipe pesquisadora



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

QUESTIONARIO PARA FUNCIONARIOS

Prezados Funcionários

Esse instrumento faz parte da pesquisa *Mediações entre avaliação e gestão: uso de um software de avaliação para a gestão da educação municipal*. Sua colaboração é de fundamental importância nesse estudo, cujo resultado será usado apenas para fins de pesquisa.

Agradecemos-lhe pela sua colaboração.
A equipe pesquisadora.

[...]

BLOCO II

2. Qual é o objetivo geral / a missão desta escola?

3. Qual o papel da escola referente aos pais/responsáveis dos alunos e à comunidade local na qual é inserida?

[...]

8. E o que pensa sobre a participação dos pais/responsáveis no processo de tomada de decisões referente aos assuntos da escola?

1. (..) Sou à favor da participação dos pais/responsáveis em processos da tomada de decisão na gestão da escola, porque _____

[...]

BLOCO III

2. Como são comunicadas as decisões tomadas ou as atividades realizadas?

1. (..) Pessoalmente e oralmente
2. (..) Oralmente em reuniões coletivas
3. (..) Comunicado escrito encaminhado para cada membro
4. (..) Mural
5. (..) Atas em pastas acessíveis para todos

[...]

Agradecemos-lhe, mais uma vez, pela sua colaboração. Obrigada!
Equipe pesquisadora

APÊNDICE B

ROTEIRO DO SEMINÁRIO SWOT



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

ROTEIRO DO SEMINÁRIO INTERNO PARA FINS DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Horário Previsto	Atividade
9h	Apresentação do Seminário e do perfil da pesquisa
9h30 às 10h00	Aplicação de questionários
10h00 às 11h00	Dinâmica SWOT
11h00 às 11h30	Reflexão e debate sobre o diagnóstico participativo para um planejamento estratégico da escola
11h30-12h	Esclarecimento sobre Plano de Ação

Apresentação do Seminário: Exposição dos objetivos do Seminário para a realização da pesquisa *Mediações entre avaliação e gestão: uso de um software de avaliação para a gestão da educação municipal*.

Aplicação do Questionário: Os questionários serão aplicados a membros da equipe coordenadora, professores, funcionários e auxiliares e membros da comunidade local. Esse instrumento pretende levantar percepções sobre a gestão democrática participativa.

Realização do SWOT: O termo SWOT vem do inglês e representa *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). Essa ferramenta é utilizada para diagnosticar a situação atual da instituição. Os seus resultados servem para um planejamento estratégico organizacional.

Técnica de Brainstorming: Essa técnica é também denominada de “tempestade de ideias” e possibilita a participação na fase de diagnóstico da gestão democrática participativa.

Plano de ação: Com base nos resultados do SWOT pode se identificar quais pontos fortes podem ser utilizados para alcançar oportunidades ou combater pontos fracos. A análise comparativa de pontos fracos e pontos fortes serve para identificar a necessidade de consultar apoio externo para alcançar oportunidade ou combater pontos fracos. Num plano de Ação serão formulados objetivos e estratégias e ações, definindo a equipe responsável e distribuindo tarefas específicas (o que fazer, como fazer, quando fazer). O plano de ação serve para acompanhar, de forma transparente, o andamento do plano e o registro de obstáculos imprevistos.

ROTEIRO DE APLICAÇÃO DA TÉCNICA DO SWOT

MATERIAIS PARA A REALIZAÇÃO DO SWOT

- Papel A7 (comprado pronto) ou Papel A4 (para ser cortado)
- 4 folhas de papel madeira do tamanho 1m x 0,8 que são colocados em 4 folhas de isopor (cada um cerca 1m x 0,80)
- 1 caneta para cada participante
- Fita isolante
- Alfinetes

MODO DE APLICAÇÃO (tempo total: 60 minutos)

- Esclarecer o significado do termo SWOT;
- Entregar a cada participante um papel de cor rosa;
- Solicitar que, individualmente, o participante escreva a primeira associação que passa pela sua cabeça sobre uma das fraquezas, isto é, aspectos internos que prejudicam o bom funcionamento da escola;
- Recolher os papéis;
- Entregar a cada participante um papel de cor amarela;
- Solicitar que, individualmente, o participante escreva a primeira associação que passa pela sua cabeça sobre uma das fortalezas, isto é, os aspectos internos que contribuem para a realização de um bom trabalho na escola;
- Recolher os papéis;
- Entregar a cada participante um papel de cor azul;
- Solicitar que, individualmente, o participante escreva a primeira associação que passa pela sua cabeça sobre uma das ameaças, isto é, os aspectos existentes na comunidade que prejudicam um bom trabalho na escola;
- Recolher os papéis;
- Entregar a cada participante um papel de cor verde;
- Solicitar que, individualmente, o participante escreva a primeira associação que passa pela sua cabeça sobre oportunidades, aspectos existentes na comunidade que contribuem para a realização de um bom trabalho na escola;
- Recolher os papéis;
- Fixar os papéis nos quadros de isopor, comentando os papéis (tirando papeis com semelhança e repetição / distribuir por dimensões);
- Abrir um momento de discussão;
- Esclarecer a importância de partir de um olhar nas oportunidades em vez das fraquezas;
- Apontar a utilidade do diagnóstico para um planejamento estratégico (Objetivo, metas, estratégias e plano de ação).

MATERIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA DINÂMICA

- 2 cartolinas
- Papel A4 para rascunho
- A7 nas cores branco, azul, amarela ou papel A4 recortado
- 2 canetas por equipe (total de 3 equipes)
- Durex
- Cola

MODO DE APLICAÇÃO (tempo total: 60 minutos)

1. Esclarecer o significado do termo *brainstorming*;
2. Dividir os participantes em três grupos (ou por critérios de número de pessoas, ou por critério de morador do bairro, anos de atuação na instituição etc.);
3. Entregar a cada grupo a cópia com a instrução da dinâmica e o material (papéis e caneta);
4. Definir o relator de cada grupo;
5. Cada grupo tem 5 minutos para um *brainstorming*;
6. E mais 5 minutos para a limpeza das ideias;
7. O relator do grupo apresenta os papéis que serão colocados no mural.

INSTRUÇÕES PARA REALIZAR A DINÂMICA *BRAINSTORMING*:

Prezados participantes,

Vocês receberam uma caneta e papéis de tamanho A7, como também a seguinte pergunta:

Quais são os contatos que a escola manteve ou mantém com a comunidade?

Formem, por favor, um círculo e realizem um *brainstorming* (Tempestade de ideias) da seguinte forma: Primeira fase (5 minutos)

1. Cada participante fala o que passa pela sua cabeça pensando na pergunta/palavra-chave sem se estender demais ou comentar as suas ideias. Recomenda-se organizar a fala em sentido horário.
2. Nenhum participante de outro grupo, neste momento, deve dirigir perguntas ou dúvidas aos outros.
3. Apenas o relator anota as colocações de cada um.

Segunda fase (5 minutos)

4. Façam uma “limpeza” das ideias.
5. O relator lê as anotações.
6. Aquelas anotações que expressam a mesma ideia, mas apenas utilizam palavras diferentes podem ser ~~riscadas~~.

Terceira fase (5 minutos)

7. Passem as ideias que permaneceram depois da limpeza para os papéis coloridos de tamanho A7. Cada ideia em um papel separado.

Quarta fase (5 minutos)

8. O relator apresenta os papéis na hora da colagem no mural

Quais os contatos que a escola gostaria de manter com a comunidade?

Formem, por favor, um círculo e realizem um *brainstorming* (Tempestade de ideias) da seguinte forma: Primeira fase (5 minutos)

1. Cada participante fala o que passa pela sua cabeça pensando na pergunta/palavra-chave sem se estender demais ou comentar as suas idéias. Recomenda-se organizar a fala em sentido horário.
2. Nenhum participante de outro grupo, neste momento, deve dirigir perguntas ou dúvidas aos outros.
3. Apenas o relator anote as colocações de cada um.

Segunda fase (5 minutos)

4. Façam uma “limpeza” das ideias.
5. O relator lê as anotações.

6. Aquelas anotações que expressam a mesma ideia, mas apenas utilizem palavras diferentes podem ser ~~riscadas~~.

Terceira fase (5 minutos)

7. Passem as ideias que permaneceram depois da limpeza para os papéis coloridos de tamanho A7. Cada ideia em um papel separado.

Quarta fase (5 minutos)

8. O relator apresenta os papéis na hora da colagem no mural.

O que existe na comunidade ao redor da escola?

Formem, por favor, um círculo e realizem um *brainstorming* (Tempestade de ideias) da seguinte forma: Primeira fase (5 minutos)

1. Cada participante fala o que passa pela sua cabeça pensando na pergunta chave sem se estender demais ou comentar as suas ideias. Recomenda-se organizar a fala em sentido horário.
2. Nenhum participante de outro grupo, neste momento, deve dirigir perguntas ou dúvidas aos outros.
3. Apenas o relator anote as colocações de cada um.

Segunda fase (5 minutos)

4. Façam uma “limpeza” das ideias.
5. O relator lê as anotações.
6. Aquelas anotações que expressam a mesma ideia, mas apenas utilizem palavras diferentes podem ser ~~riscadas~~.

Terceira fase (5 minutos)

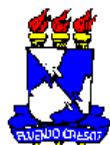
7. Passem as ideias que permaneceram depois da limpeza para os papéis coloridos de tamanho A7. Cada ideia em um papel separado.

Quarta fase (5 minutos)

8. O relator apresenta os papéis na hora da colagem no mural.

APÊNDICE C

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ABERTA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ABERTA COM REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL

Prezados pais/responsáveis, prezado morador do Bairro América/Novo Paraíso,

Esse instrumento faz parte da pesquisa *Mediações entre avaliação e gestão: uso de um software de avaliação para a gestão da educação municipal*. Sua colaboração é de fundamental importância nesse estudo, cujo resultado será usado apenas para fins de pesquisa.

Agradecemos-lhe pela sua colaboração.

A equipe pesquisadora.

Nome do entrevistador

Nome do entrevistado

Data e horário da entrevista

Local da entrevista:

Outras pessoas presentes:

BLOCO I: IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL

1. Pais/Responsáveis/Moradores

- 1.(☐) Sou pai/mãe/responsável de aluno que estuda nesta escola
- 2.(☐) Moro no Bairro América ou Novo Paraíso
3. (☐) Faço parte da sociedade civil organizada, participando no: _____
4. (☐) Outro: _____

2. Qual a sua idade? _____ anos

3. Quanto tempo você está em contato com esta escola?

1. (☐) Nenhum
- 2.(☐) Menos de 1 ano
- 3.(☐) Mais de um ano e menos de 2 anos
- 4.(☐) Entre 2 e 5 anos
- 5.(☐) Entre 6 e 10 anos
- 6.(☐) Mais de 10 anos

4. Sobre sua formação

- 1.(☐) Ensino Fundamental incompleto
- 2.(☐) Ensino Fundamental completo
- 3.(☐) Ensino Médio incompleto
- 4.(☐) Ensino Médio completo
- 5.(☐) Estudante de Graduação. Curso
- 6.(☐) Graduação completa. Curso:

- 7.() Cursando pós-graduação. Curso:
 () Pós-graduação completa. Curso:

5. Gostaríamos de saber sobre o seu hábito de usar o computador para atividades profissionais e o domínio de programas, como *Word e internet explorer*.

- 1.() Costumo utilizar o computador e tenho bom domínio.
 2.() Costumo utilizar o computador, mas não tenho um bom domínio.
 3.() Não costumo utilizar o computador, mas tenho um bom domínio.
 4.() Não costumo utilizar o computador devido a falta de domínio.

BLOCO II: INTERAÇÃO COM A ESCOLA

1. Pergunta:

Qual é, em sua opinião, o papel da escola referente aos pais/responsáveis dos alunos e à comunidade local na qual está inserida? Qual é o objetivo geral / a missão das escolas?

2. Pergunta

Atualmente existe um contato desta comunidade com as duas escolas deste bairro, isto é, E.M.E.F. Maria Thétis Nunes e Santa Rita de Cássia? Como ele se dá?

3. Pergunta:

Se lembra de alguma situação agradável onde tenha percebido um maior entrosamento entre a escola (diretor, professores, funcionários) e a comunidade local? Conte com detalhes, por favor.

4. Pergunta:

Quantas vezes você pessoalmente teve contato com a escola neste ano? E no ano anterior? Quais foram os assuntos que fizeram você entrar em contato com a escola ou que fizeram a escola lhe procurar?

5. Pergunta

Você recebe informações por parte da escola? Sim, como são comunicadas as decisões tomadas ou as atividades realizadas?

6. Pergunta

Como você prefere receber informações sobre decisões tomadas e atividades realizadas na escola?

7. Pergunta

Você conhece o atual Projeto Político Pedagógico? Sabe do que se trata?

8. Pergunta

Você sabe quais são os órgãos colegiados que existem nesta escola e como eles funcionam?

- 1.() Conselho Escolar
 2.() Associação de Pais e Mestres
 3.() Grêmio Estudantil
 4.() Conselho de Classe

9. Pergunta:

No seu ponto de vista, qual a relação que a comunidade deve ter com escola? Em que aspectos você acha que a comunidade pode ajudar no funcionamento da escola? Pode me dar exemplos?

10. Pergunta:

Você acha que a escola dificulta a relação com a comunidade? Por que sim / por que não?